



AVISO DE PRIVACIDADE

1. Sobre este Aviso de Privacidade

Este Aviso de Privacidade destina-se a informar de forma clara e direta sobre como a Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul – SEFAZ-RS trata os dados pessoais dos usuários e demais titulares dos dados.

Na nossa organização, reconhecemos a importância da privacidade como um direito fundamental de todos. É nossa política respeitar esse direito em relação a qualquer informação que possamos coletar neste site ou em outros subsites que operamos.

Nós só solicitaremos informações pessoais quando estas forem realmente necessárias para prestar um serviço. Essas solicitações serão feitas por meios legais, e as informações serão retidas apenas pelo tempo necessário para fornecer o serviço solicitado ou para cumprir obrigações legais.

Você é livre para recusar a coleta de suas informações pessoais. Mas, havendo recusa, saiba que talvez não possamos disponibilizar os serviços desejados.

O uso continuado de nosso site será considerado como aceitação de nossas práticas relacionadas com a privacidade das suas informações pessoais. Se você tiver alguma dúvida sobre como lidamos com dados pessoais do usuário, entre em contato conosco.

2. Direitos dos Titulares de Dados

A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) concede aos titulares de dados uma série de direitos importantes para proteger sua privacidade e controlar o uso de suas informações pessoais (ver Capítulo III da LGPD). Alguns desses direitos incluem:

Direito de confirmação e acesso: Os titulares têm o direito de confirmar se seus dados pessoais estão sendo processados e acessar esses dados.

Direito de correção: Os titulares podem solicitar a correção de dados pessoais incompletos, inexatos ou desatualizados.

Direito de exclusão: Os titulares têm o direito de solicitar a exclusão de seus dados pessoais, especialmente quando não são mais necessários para os fins para os quais foram coletados ou quando o titular retira seu consentimento.

Direito de anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários: Além da exclusão, os titulares têm o direito de solicitar a anonimização, bloqueio ou eliminação de dados pessoais desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com a LGPD.

Direito à portabilidade dos dados: Os titulares têm o direito de receber seus dados pessoais em um formato estruturado, comumente utilizado e legível por



AVISO DE PRIVACIDADE

máquina, e de transmitir esses dados a outro controlador, quando isso for tecnicamente possível.

Direito de revogar o consentimento: Os titulares têm o direito de revogar o consentimento dado para o tratamento de seus dados pessoais a qualquer momento, mediante manifestação expressa, sendo garantido o direito à revisão dos dados existentes e, se necessário, à exclusão desses dados.

Direito de informações sobre compartilhamento de dados: Os titulares têm o direito de serem informados sobre com quem seus dados são compartilhados e para quais finalidades, podendo solicitar informações sobre as entidades com as quais os dados foram compartilhados.

Direito de oposição: Os titulares têm o direito de se opor a determinados tipos de tratamento de seus dados pessoais, como tratamento para fins de marketing direto.

Esses direitos garantem aos titulares um maior controle sobre seus dados pessoais e visam proteger sua privacidade e autonomia.

3. Proteção dos Dados Pessoais

Ao armazenar dados, dedicamo-nos à proteção integral contra perdas, roubos, acessos não autorizados, divulgação, cópia, uso ou modificação não autorizados. Destacamos nosso compromisso com a adoção de processos e políticas internas que garantem o cumprimento rigoroso das normas e melhores práticas relacionadas à proteção de dados pessoais. Constantemente, aprimoramos a segurança das informações dos usuários e colaboradores, implementando medidas de segurança técnicas e organizacionais. Exigimos que os operadores contratados adotem as mesmas rigorosas medidas de proteção de dados, assegurando um ambiente seguro e confiável para todos os envolvidos.

Os servidores da SEFAZ-RS que, por qualquer motivo, infringirem as políticas para a proteção de dados pessoais estarão sujeitos às sanções administrativas, legais e/ou disciplinares.

4. Definições

Disponibilizamos neste item as definições de termos que facilitam o entendimento do conteúdo e/ou complementam este documento.

Cookies

O que são cookies?

Cookies são arquivos salvos em seu computador, tablet ou telefone quando você visita um site. Alguns cookies são classificados como necessários e permitem as funcionalidades centrais, como segurança, gerenciamento de



AVISO DE PRIVACIDADE

rede e acessibilidade. Usamos os cookies necessários para fazer o site funcionar da melhor forma possível e sempre aprimorar os nossos serviços.

Esses cookies podem ser coletados e armazenados assim que você inicia sua navegação ou quando usa algum recurso que os requer.

Os dados coletados pelo sistema de cookies são utilizados para a melhoria da navegabilidade do sítio do órgão e para a execução das atribuições legais da SEFAZ-RS.

Permissão do uso de *cookies*

A maior parte dos navegadores são predefinidos para aceitar cookies de forma automática. Nas configurações é possível alterar essa regra (consulte a ajuda própria do seu navegador para saber como fazer isso). Porém, com os cookies desativados, algumas funcionalidades do site podem não se apresentar da forma mais adequada.

Cookies que definimos, dependendo do Processo e/ou Sistema:

Cookies relacionados à conta

Se você criar uma conta conosco, usaremos cookies para o gerenciamento do processo de inscrição e administração geral. Esses cookies geralmente serão excluídos quando você sair do sistema, porém, em alguns casos, eles poderão permanecer posteriormente para lembrar as suas preferências no site ao sair.

Cookies relacionados ao login

Utilizamos cookies, quando você está logado, para que possamos lembrar dessa ação. Isso evita que você precise fazer login sempre que visitar uma nova página. Esses cookies são normalmente removidos ou limpos quando você efetua logout para garantir que estejam adequados os recursos e áreas restritas ao efetuar login.

Pedidos processando cookies relacionados

Este site pode oferecer facilidades de pagamento e alguns cookies são essenciais para garantir que seu pedido seja lembrado entre as páginas, para que possamos processá-lo adequadamente.

Cookies relacionados a boletins por e-mail

Este site oferece serviços de assinatura de boletim informativo ou e-mail e os cookies podem ser usados para lembrar se você já está registrado e se deve mostrar determinadas notificações válidas apenas para usuários inscritos e/ou não inscritos.

Cookies relacionados a pesquisas



AVISO DE PRIVACIDADE

Periodicamente, oferecemos pesquisas e questionários para fornecer informações interessantes, ferramentas úteis ou para entender nossa base de usuários com mais precisão. Essas pesquisas podem usar cookies para lembrar quem já participou numa pesquisa ou para fornecer resultados precisos após a alteração das páginas.

Cookies relacionados a formulários

Quando você envia dados por meio de um formulário como os encontrados nas páginas de contacto ou nos formulários de comentários, os cookies podem ser configurados para lembrar os detalhes do usuário para correspondência futura.

Cookies de preferências do site

Para proporcionar uma ótima experiência neste site, fornecemos a funcionalidade para definir suas preferências de como esse site é executado quando você o usa. Para lembrar suas preferências, precisamos definir cookies para que essas informações possam ser chamadas sempre que você interagir com uma página e essa for afetada por suas preferências.

Cookies de Terceiros

Em alguns casos especiais, também usamos cookies fornecidos por terceiros confiáveis. A seção a seguir detalha quais cookies de terceiros você pode encontrar através deste site.

Google Recaptcha, uma das soluções de segurança do Google para ajudar a combater bots (“bot” - abreviatura de robô – é um programa de software que executa tarefas automatizadas, repetitivas e pré-definidas) e tornar navegação mais segura e eficiente.

Google Analytics, que é uma das soluções de análise mais difundidas e confiáveis da Web, para nos ajudar a entender como você usa o site e como podemos melhorar sua experiência.

Para mais informações sobre cookies do Google Analytics, consulte a página oficial do Google Analytics.

As análises de terceiros são usadas para rastrear e medir o uso deste site, para que possamos continuar produzindo conteúdo atrativo. Esses cookies podem rastrear itens como o tempo que você passa no site ou as páginas visitadas, o que nos ajuda a entender como podemos melhorar o site para você e continuar a produzir conteúdo atraente.

Periodicamente, testamos novos recursos e fazemos alterações (normalmente pequenas) na maneira como o site se apresenta. Quando ainda estamos testando novos recursos, esses cookies podem ser usados para garantir que você receba uma experiência consistente enquanto estiver no site, enquanto entendemos quais otimizações os nossos usuários mais apreciam.



AVISO DE PRIVACIDADE

Dado Pessoal

Informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável. (LGPD, Art. 5º, I).

Dado Pessoal Sensível

Dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural. (LGPD, Art. 5º, II).

Dado Anonimizado

Dado relativo a titular que não possa ser identificado, considerando a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião de seu tratamento. (LGPD, Art. 5º, III).

Banco de Dados

Conjunto estruturado de dados pessoais, estabelecido em um ou em vários locais, em suporte eletrônico ou físico. (LGPD, Art. 5º, IV).

Titular

Pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento. (LGPD, Art. 5º, V).

A coleta dos dados do titular poderá ocorrer com os dados fornecidos pelo titular ou tornados públicos, voluntariamente ou em virtude de obrigação legal, de forma automática ou em razão do exercício das competências da SEFAZ-RS e dados fornecidos por terceiros.

Controlador

Pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais. (LGPD, Art. 5º, VI).

Operador

Pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador. (LGPD, Art. 5º, VII).

Encarregado

Pessoa indicada pelo controlador e operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD). (LGPD, Art. 5º, VIII).

Agentes de Tratamento



AVISO DE PRIVACIDADE

O controlador e o operador. (LGPD, Art. 5º, IX).

Tratamento

Toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração. (LGPD, Art. 5º, X).

O tratamento de dados pessoais ocorrerá de acordo com as normas e para o cumprimento das competências e obrigações legais desta Secretaria. Em conformidade com as regras aplicáveis aos órgãos públicos, destacando-se as hipóteses e os princípios presentes na Lei Federal nº 13.709/18, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD.

Anonimização

Utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis no momento do tratamento, por meio dos quais um dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo. (LGPD, Art. 5º, XI).

Consentimento

Manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para uma finalidade determinada. (LGPD, Art. 5º, XII).

Bloqueio

Suspensão temporária de qualquer operação de tratamento, mediante guarda do dado pessoal ou do banco de dados. (LGPD, Art. 5º, XIII).

Eliminação

Exclusão de dado ou de conjunto de dados armazenados em banco de dados, independentemente do procedimento empregado. (LGPD, Art. 5º, XIV).

Transferência Internacional de Dados

Transferência de dados pessoais para país estrangeiro ou organismo internacional do qual o país seja membro. (LGPD, Art. 5º, XV).

Uso Compartilhado de Dados

Comunicação, difusão, transferência internacional, interconexão de dados pessoais ou tratamento compartilhado de bancos de dados pessoais por órgãos e entidades públicos no cumprimento de suas competências legais, ou entre esses e entes privados, reciprocamente, com autorização específica,



AVISO DE PRIVACIDADE

para uma ou mais modalidades de tratamento permitidas por esses entes públicos, ou entre entes privados. (LGPD, Art. 5º, XVI).

O uso compartilhado de dados pessoais deve atender a finalidades específicas de execução de políticas públicas e atribuição legal da SEFAZ-RS. Não compartilhamos informações de identificação pessoal publicamente ou com terceiros, exceto quando previsto por legislação específica.

Relatório de impacto à proteção de dados pessoais

Documentação do controlador que contém a descrição dos processos de tratamento de dados pessoais que podem gerar riscos às liberdades civis e aos direitos fundamentais, bem como medidas, salvaguardas e mecanismos de mitigação de risco. (LGPD, Art. 5º, XVII).

Órgão de Pesquisa

Órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta ou pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos legalmente constituída sob as leis brasileiras, com sede e foro no País, que inclua em sua missão institucional ou em seu objetivo social ou estatutário a pesquisa básica ou aplicada de caráter histórico, científico, tecnológico ou estatístico. (LGPD, Art. 5º, XVIII).

Autoridade Nacional

Órgão da administração pública responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento da LGPD em todo o território nacional. (LGPD, Art. 5º, XIX).

5. Princípios

A LGPD estabelece uma série de princípios que devem guiar as atividades de tratamento de dados pessoais. Esses princípios são fundamentais para garantir que o tratamento de dados seja realizado de maneira ética, transparente e respeitosa com a privacidade dos titulares de dados. Os princípios basilares elencados na LGPD são:

Finalidade: O tratamento de dados deve ser realizado para propósitos específicos, legítimos e informados ao titular dos dados.

Adequação: O tratamento de dados deve ser compatível com a finalidade informada ao titular dos dados, sendo limitado ao mínimo necessário para atingir esses propósitos.

Necessidade: O tratamento de dados deve ser necessário para a realização das finalidades informadas ao titular, sendo vedado o tratamento de dados excessivos ou desnecessários.

Livre acesso: Os titulares dos dados devem ter acesso fácil e gratuito às informações sobre o tratamento de seus dados pessoais, bem como sobre a política de privacidade da organização.



AVISO DE PRIVACIDADE

Qualidade dos dados: Os dados pessoais devem ser precisos, atualizados e, quando necessário, corrigidos, de forma a garantir sua veracidade e qualidade.

Transparência: As organizações que realizam o tratamento de dados devem adotar medidas transparentes, claras e acessíveis para informar os titulares sobre as práticas de tratamento de dados.

Segurança: As organizações são responsáveis por adotar medidas técnicas e organizacionais adequadas para proteger os dados pessoais contra acessos não autorizados, perdas, destruição ou danos acidentais.

Prevenção: As organizações devem adotar medidas para prevenir a ocorrência de danos em decorrência do tratamento de dados pessoais.

Não discriminação: O tratamento de dados pessoais não pode ser utilizado para discriminar os titulares dos dados de forma injusta ou arbitrária.

Responsabilidade e prestação de contas: As organizações devem assumir a responsabilidade pelo tratamento de dados pessoais e estar preparadas para prestar contas sobre suas práticas de conformidade com a LGPD.

6. Bases Legais para o Tratamento de Dados Pessoais

As bases legais para o tratamento de dados pessoais no Brasil estão estabelecidas principalmente na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), que entrou em vigor em setembro de 2020. De acordo com a LGPD e outras legislações pertinentes, as bases legais para o tratamento de dados pessoais são as seguintes:

Consentimento: O tratamento de dados pessoais é permitido quando o titular dos dados dá seu consentimento livre, informado e inequívoco para essa finalidade específica. Esse consentimento deve ser obtido de forma clara e objetiva, e o titular dos dados tem o direito de revogá-lo a qualquer momento.

Cumprimento de obrigação legal ou regulatória: O tratamento de dados pessoais é permitido quando necessário para o cumprimento de uma obrigação legal ou regulatória pela organização responsável pelo tratamento dos dados.

Execução de contrato ou de procedimentos preliminares relacionados ao contrato: O tratamento de dados pessoais é permitido quando necessário para a execução de um contrato do qual o titular dos dados é parte ou para a realização de diligências pré-contratuais a pedido do titular dos dados.

Interesse legítimo: O tratamento de dados pessoais é permitido quando necessário para atender aos interesses legítimos do controlador ou de terceiros, exceto nos casos em que prevalecerem os direitos e liberdades fundamentais do titular dos dados que exijam a proteção dos dados pessoais.



AVISO DE PRIVACIDADE

Proteção da vida ou da incolumidade física: O tratamento de dados pessoais é permitido quando necessário para proteger a vida ou a incolumidade física do titular dos dados ou de terceiros.

Tutela da saúde: O tratamento de dados pessoais é permitido quando necessário para tutela da saúde, em procedimento realizado por profissionais da área de saúde ou por entidades sanitárias.

Tutela do crédito: O tratamento de dados pessoais é permitido quando necessário para a proteção do crédito, inclusive nos casos de análise e concessão de crédito.

Essas bases legais garantem que o tratamento de dados pessoais seja realizado de forma justificada e respeitando os direitos e liberdades fundamentais dos titulares dos dados, conforme estabelecido pela legislação brasileira.

7. Legislação

[Lei Federal nº 13.709/2018](#), [Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD](#)

⇒ Esta Lei dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural (LGPD, Art. 1º).

[Decreto Nº 55.647/2020](#)

⇒ Regulamenta os procedimentos gerais, os prazos e as fases para implementação da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) no âmbito do Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Sul.

[Decreto Nº 55.987/2021](#)

⇒ Institui a Política Estadual de Proteção de Dados Pessoais do Poder Executivo Estadual, em conformidade com a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD.

8. Atendimento ao Titular

O atendimento ao titular do dado será prestado por meio de canal eletrônico na Central do Cidadão do Estado do Rio Grande do Sul, operacionalizado pela Secretaria da Casa Civil, por meio da Subchefia de Ética, Controle Público e Transparência ([Art. 9º do Decreto Nº 55.987/21](#)).

9. Controlador



AVISO DE PRIVACIDADE

Pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais. (LGPD, Art. 5º, VI). Especificamente, a Secretaria da Fazenda do RS, como organização pertencente à estrutura administrativa do Estado do Rio Grande do Sul, Controlador, define como os dados pessoais são tratados nos processos por ela estabelecidos e gerenciados.

10. Operador

Pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador. (LGPD, Art. 5º, VII).

Entre outros operadores, que tratam os dados sob contrato com a SEFAZ-RS, destaca-se a PROCERGS, que detém a maior parte do tratamento de dados.

11. Encarregado da SEFAZ-RS

O Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais, internacionalmente conhecido como Data Protection Officer (DPO), tem a função de atuar como canal de comunicação entre a SEFAZ-RS, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

Previsão legal

Art. 5º, VIII, da Lei Nº 13.709/2018.

Art. 3º do Decreto Estadual Nº 55.647/2020.

Atribuições

Conforme o art. 4º do Decreto Estadual Nº 55.647/2020 são atribuições do Encarregado pelo Tratamento dos Dados Pessoais:

I – aceitar reclamações e comunicações dos titulares dos dados pessoais, prestar esclarecimentos e adotar providências;

II – receber comunicações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados e adotar providências; III - orientar os servidores, terceirizados, contratados, conveniados e parceiros do órgão ou da entidade estadual a respeito das práticas a serem tomadas em relação à proteção de dados pessoais; e

IV – realizar, com apoio do Grupo de Trabalho de que trata o Capítulo IV deste Decreto, o mapeamento dos processos de tratamento de dados pessoais realizados no âmbito do órgão ou da entidade estadual, inclusive dos compartilhamentos com entidades públicas ou privadas, propondo adequações à luz da LGPD; e

V – executar as demais atribuições determinadas pelo controlador ou estabelecidas em normas complementares.



AVISO DE PRIVACIDADE

Sobre o Encarregado SEFAZ-RS:

Dálson Brum Santos
AFRE - Auditor-Fiscal da Receita Estadual
Designado na **Portaria SEFAZ nº 14/2022**, publicada no Diário Oficial do Estado no dia 15 de março de 2022.

Endereço

Secretaria da Fazenda
Avenida Mauá, 1155, 5º andar
CEP 90030-080 | Porto Alegre – Centro Histórico | RS

Telefone

(51) 3214-5116

E-mail

encarregado.lgpd@sefaz.rs.gov.br

12. Atualizações deste Aviso de Privacidade

Este Aviso de Privacidade poderá ser alterado a qualquer tempo, caso haja necessidade por readaptação às normas ou melhorias de funcionalidades. Dessa forma, recomendamos periodicamente a sua releitura pelos usuários e/ou titulares dos dados.

Revisado e atualizado em: abril de 2024.